

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

RIO GRANDE DO NORTE



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Rio Grande do Norte, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE FÁTIMA BEZERRA

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha da governadora eleita, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Traz contribuições para a agenda educacional do Rio Grande do Norte, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>.

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE FÁTIMA BEZERRA

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura da governadora eleita e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Fátima Bezerra, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** O plano de governo prevê a continuidade de programas importantes, como o Busca Ativa Escolar e o “Nova Escola Potiguar”, mantendo e ampliando o plano de reestruturação, reformas e construção de novas escolas, incluindo a criação de 12 Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação (Ierns);
- B.** O plano de governo cita duas ações que envolvem o regime de colaboração com os municípios: (i) o fortalecimento das ações articuladas entre estado, municípios e união para avaliar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias dos Planos Estaduais e Municipais de Educação e (ii) o fortalecimento das políticas para o Ensino Fundamental, com ações de acesso e permanência dos/das estudantes e de sucesso nas aprendizagens;
- C.** O plano prevê a ampliação gradativa das escolas que ofertam Educação em tempo integral, incluindo 57 novas visando atingir a meta de 50% das escolas previstas no Plano Estadual de Educação no Rio Grande do Norte;
- D.** O plano menciona a implementação do “Plano Escolas Conectadas”, com foco em avançar nas condições de acesso aos meios virtuais e tecnológicos para estudantes e profissionais da Educação;
- E.** O plano prevê a definição de políticas educacionais com ênfase em diversidade, buscando ampliar as oportunidades para grupos minorizados;

- F.** O plano trata do fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente por meio da Política de Superação do Analfabetismo e da integração da modalidade a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Rio Grande do Norte:

- A.** Ações focadas na recomposição das aprendizagens e na saúde mental de estudantes e profissionais da Educação;
- B.** A modernização da gestão da secretaria de Educação e o fortalecimento das 16 Diretorias Regionais de Educação;
- C.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- D.** A criação de um programa estadual de primeira infância, em que o governo estadual, em regime de colaboração com os municípios, tenha ações intersetoriais em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social;
- E.** A criação de uma política estadual de alfabetização na idade certa, em regime de colaboração dos municípios. O plano prevê apenas investimentos na Política de Superação do Analfabetismo, voltada para o EJA;
- F.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais, além de programas de incentivo à permanência dos jovens na escola até a conclusão da etapa.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. O Rio Grande do Norte implementou, em 2020, o Programa Estadual de Busca Ativa Escolar, que é desenvolvido a partir de uma parceria intersetorial e coordenado pelo Unicef e a Undime. É importante **ampliar o número de municípios com adesão ao programa e fortalecê-lo a partir do diálogo com as redes municipais.**
2. Considerando as grandes perdas que os estudantes tiveram no período de isolamento, é essencial que a secretaria de Educação invista em **ações de recomposição das aprendizagens** como, por exemplo, reorganização e priorização curricular, formação continuada, materiais didáticos específicos, entre outros.
3. Investir em **ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação** é fundamental. Para além disso, é importante haver uma **atuação intersetorial com outros serviços**, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.
4. Seguir ampliando e qualificando os investimentos na **alimentação escolar dos estudantes**, fortalecendo o processo de complementação do valor per capita do Pnae, iniciado em 2019.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Rio Grande do Norte, as redes municipais são as responsáveis por 100% das matrículas na Educação Infantil, 83% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 65% nos Anos Finais. Tendo em vista essa divisão de matrículas, cabe ao governo estadual **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional**. Seria importante, também, que o estado avançasse na **municipalização dos Anos Iniciais** do Ensino Fundamental.
2. Atualmente, a colaboração entre estados e municípios no Rio Grande do Norte se dá de forma frágil e pontual, em apenas algumas áreas. É fundamental que o estado estabeleça **programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, especialmente na primeira infância e na alfabetização**. Os programas cearenses Mais Infância e Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa podem ser referências para a criação de políticas centrais para o avanço da Educação no estado.

2) Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (Seec).
2. Fortalecer a **gestão estratégica da secretaria**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seec**, criando processos e sistemas mais ágeis e eficientes (o Sistema Integrado de Gestão da Educação é um bom exemplo).
4. **Fortalecer as 16 Diretorias Regionais de Educação (Direcs)**, garantindo que atuem de forma

cada vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.

5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. O Rio Grande do Norte instituiu, em 2022, a Lei nº 11.253/202, que modificou os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS, definindo que 10% dos recursos serão repassados de acordo com resultados educacionais dos municípios. É fundamental **definir os pesos de cada um dos critérios de desempenho educacional** elencados na Lei, garantindo que o critério mais importante seja o de aprendizagem (Índice Municipal de Alfabetização - Imalfa) e dando menos peso para os critérios de acesso, seja na Educação Infantil ou na EJA. Além disso, seria importante **avaliar o melhor índice para medida da melhoria dos resultados educacionais**, uma vez que o Ideb (cuja utilização está prevista na Lei) só é divulgado a cada dois anos. Por fim, é essencial **monitorar a implementação da Lei**, uma vez que as mudanças só ocorrerão a partir de 2024.

2. O Rio Grande do Norte implementou, em 2021, o programa “Nova Escola Potiguar”, que tem como eixo principal a reforma e construção de escolas estaduais. Estão sendo investidos R\$ 400 milhões, sendo R\$ 280 milhões advindos dos precatórios do Fundef e 120 milhões de recursos do Tesouro Estadual. Para além desses relevantes investimentos na infraestrutura da rede, também, seria importante instituir um **mecanismo de autonomia financeira e descentralização de recursos para as escolas**, principalmente para gastos recorrentes, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) Professores - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso do estado foi em 2016, mas há previsão de concurso a ser realizado em 2023) ou por processo seletivo simplificado. Também, ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula, que não constou no processo seletivo de temporários e nem como etapa no concurso de 2016 - as etapas foram provas objetivas e de títulos). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.
2. Em 2022, o estado começou a fazer ajustes na tabela de vencimentos para que os professores passassem a receber remunerações de acordo com o piso nacional do magistério, de forma proporcional à carga horária trabalhada. Para além de **oferecer salários competitivos, é importante aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei Complementar nº 322, de 2006), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.
3. **Garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.
4. Fortalecer as **políticas de formação continuada**, garantindo que as políticas sejam **alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede** e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.
5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria poderia **criar um programa de estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. No Rio Grande do Norte, a forma predominante de escolha dos diretores é por meio de eleição (cerca de 74,7% dos diretores das escolas da rede estadual são selecionados exclusivamente por meio de processo eleitoral, segundo o Censo Escolar de 2021). Ainda que existam requisitos técnicos para assumir o cargo (como por exemplo ter participado, com desempenho satisfatório, do curso de formação de gestores) é importante **aprimorar continuamente o curso ofertado a partir do diálogo com os gestores escolares e incluir outros mecanismos no processo de seleção**, tais como avaliações e entrevistas por competências e apresentação de plano de gestão, de modo a atestar a capacidade técnica dos participantes, antes do pleito eleitoral.
2. Além do aperfeiçoamento dos processos de seleção de diretores escolares, é fundamental garantir **formações considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional** em que se encontram.
3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das Direcs e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. É importante, ainda, que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas **condições para que os Documentos Curriculares do Rio Grande do Norte sejam implementados em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos.

2. O estado possui o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais) do RN, que é uma prova feita anualmente por alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. **É importante garantir que tais avaliações sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas** rápidas e de fácil compreensão, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. O Rio Grande do Norte ainda não possui um programa estruturado em regime de colaboração com os municípios na primeira infância. Algumas ações importantes são:

1. Finalizar a elaboração do Plano Estadual da Primeira Infância (a previsão é de envio para a Assembleia Legislativa nos próximos meses) e estabelecer uma **Política Estadual Integrada para a Primeira Infância**, desenvolvida a partir da colaboração com os governos municipais e contando com abordagem e coordenação intersetorial, de modo a articular diversas políticas do poder público (como as de Educação, Saúde e da Assistência Social).

2. Na Educação, é importante que a política para a primeira infância contemple uma **Política Estadual de Apoio à Educação Infantil**, buscando apoiar os municípios na expansão do atendimento (no Rio Grande do Norte, em 2019, as taxas de atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos era 39,9% e de 4 a 5 anos de 98%) e na **melhoria da qualidade no atendimento nas etapas de Creche e Pré-Escola**.

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, o Rio Grande do Norte não possui uma política estruturada de alfabetização em regime de colaboração com os municípios. Seria importante **investir nessa iniciativa, que é fundamental para que o estado consiga garantir a alfabetização das crianças logo no início da trajetória escolar**. É possível se inspirar em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Ceará.

Em termos gerais, essa política consiste em oferecer apoio técnico para os municípios em suas políticas de alfabetização, além de mecanismos de incentivos financeiros, tais como premiações para escolas municipais e a implementação do ICMS-Educação. Implementar o ICMS-Educação, já previsto em lei, a partir de 2024 de forma desarticulada a um robusto programa de apoio às redes municipais, tende a elevar as desigualdades regionais, de modo que os municípios que já tem bons resultados receberão mais recursos e os que têm mais desafios ficarão para trás.

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual do Rio Grande do Norte é responsável por 35% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).
2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **priorizar a expansão das escolas em tempo integral**. Atualmente, apenas 3,7% das matrículas nessa etapa na rede pública do Rio Grande do Norte são em tempo integral. Entende-se a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do estado.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. A implementação das mudanças do Novo Ensino Médio estava prevista para começar no Rio Grande do Norte em 2022. Nesse sentido, é importante **acompanhar e monitorar como está sendo a implementação do novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Em especial, ressalta-se a importância de **revisitar a parte flexível do currículo frente às recentes definições do**

Enem. Por fim, é central manter um diálogo constante com a comunidade escolar para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. O estado possui 35,1% das matrículas de Ensino Médio na Educação Profissional e Tecnológica (número superior à média nacional, de 23,8%). Atualmente, já existem 11 Centros de Educação Profissional e 12 Ierns estão em construção. Para além da expansão dessas escolas, que é fundamental, o estado pode **avançar na implementação do itinerário formativo profissional e técnico, inclusive em escolas regulares, buscando ampliar a oferta de cursos** e adequá-los às necessidades econômicas das diversas regiões do estado.

3. De 2020 para 2021, de acordo com dados do Censo Escolar, o Rio Grande do Norte teve uma queda de 7,15% no número de matrículas no Ensino Médio em escolas de tempo integral, indo para 13,10%, abaixo da média nacional de 15,5%. Sendo assim, é importante **priorizar e acelerar a expansão desse modelo**, cuidando de sua implementação. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

4. É fundamental desenvolver **programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Seria importante **construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de ampla formação continuada, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação**.
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.



Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br